



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 22 (*vinte e dois*) dias do mês de agosto do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 11ª (*décima primeira*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, Filipe Pinho da Costa Leitão e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Rafael Lessa de Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Ausente, por motivo justificado, o Conselheira José Alexandre Goiana de Andrade. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da 10ª Sessão Ordinária, de 21 de agosto de 2020. Em seguida, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1365/2017 – Auto de Infração: 1/201626799. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: ARAÚJO CABRAL & ALVES LTDA. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão declaratória de **extinção**, tendo em vista que a Lei nº 16.258/2017 revogou a penalidade capitulada pela fiscalização. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Felipe Macedo. Ausente à sessão, por motivo justificado, o Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade. **Processo de Recurso nº 1/1366/2017 – Auto de Infração: 1/201626742. Recorrente: ARAÚJO CABRAL & ALVES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza, que, em sua manifestação, enfatizou que resguardando seu posicionamento pessoal pela aplicação do art. 123, III, “g” da Lei 12.670/96, por ser a penalidade específica para o caso em questão, opinou pela parcial procedência, reenquadrando a penalidade para a prevista no art. 123, VIII, L da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017, conforme precedentes do Conat, mormente da Câmara Superior. Vencidos os Conselheiros Filipe Pinho da Costa Leitão e Marcus Mota de Paula Cavalcante que se manifestaram pela parcial procedência, nos termos do parecer referendado pelo representante da PGE. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade. Presen-

te à sessão, o representante legal da recorrente, Dr. Felipe Macedo, que por ocasião da sustentação oral, abdicou das alegações de nulidade e decadência e pedido de realização de perícia, constantes do Recurso Ordinário, razão pela qual estas questões não foram apreciadas. **Processo de Recurso nº 1/4009/2017 – Auto de Infração: 1/201704236. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: GNC AUTOMOTORES LTDA. Relator: CONSELHEIRO MARCUS MOTA DE PAULA CAVALCANTE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e, adotando os fundamentos contidos no julgamento singular, afastar as preliminares de nulidade suscitadas na defesa, por inobservância ao art. 158, § 4º do Decreto nº 24.569/97 e sob a alegação de que o auto de infração não contem os corretos e precisos ditames expressos em lei. **No mérito**, por voto de desempate do Presidente, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Reexame Necessário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade do art. 126, § único, da Lei nº 12.670/96, com as alterações da Lei nº 16.258/2017, conforme o voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha e Henrique José leal Jereissati, que se manifestaram pela parcial procedência, mas por fundamentação diversa, aplicando a penalidade prevista no art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96 com a atenuante do §12, introduzida pela Lei 16.258/2017. Ausente a sessão por motivo justificado, o Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade. Ausente a este julgamento, por motivo justificado, a Conselheira Maria Elineide Silva e Souza. **Processo de Recurso nº 1/1057/2017 – Auto de Infração: 1/201626933. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: SÃO PEDRO INDÚSTRIA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE POLPA DE FRUTAS. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e, por voto de desempate do Presidente, em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, tendo em vista que a divergência do valor relativo ao crédito tributário grafado no Auto de Infração e o valor constante nas Informações Complementares é passível de correção, não sendo razão de nulidade, conforme art. 84 da Lei nº 15.614/2014. Ato contínuo, resolve determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas conforme manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os Conselheiros Filipe Pinho da Costa Leitão e Marcus Mota de Paula Cavalcante, que foram favoráveis à nulidade, sob o entendimento que houve cerceamento do direito de defesa do contribuinte, uma vez que o valor do crédito tributário foi compreendido somente nesta sessão, em razão de esclarecimentos trazidos pelo relator do processo. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 25 de agosto do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA